

Balço geral: manifestações massivas no mundo no contexto da crise capitalista

Célia Barbosa da Silva Pereira¹

Palavras-chave: Manifestações massivas atuais; Crise política; Democracia.

Resumo: O artigo aborda o debate suscitado pelas manifestações massivas que ocorreram em diferentes países a partir de 2009. Estas foram examinadas por diferentes autores como reações aos efeitos do acirramento da crise capitalista, notórios, sobretudo a partir de 2008. Chamou a atenção dos analistas a semelhança no formato das manifestações, a partir da qual é possível notar traços de inovações e permanências em relação às origens, o perfil dos manifestantes, os objetivos, a forma de organização, as principais bandeiras e estratégias de lutas, as formas de articulação, comunicação e mobilização, as dificuldades, dentre outros aspectos. Foi enfatizado o fato dos protestos colocarem em questionamento a legitimidade das instituições e organizações políticas tradicionais (parlamentos, partidos políticos e sindicatos). O balanço geral sobre o saldo das manifestações coloca a democracia no cerne do debate atual.

Introdução

A partir de uma primeira revisão bibliográfica sobre tema dos movimentos sociais na atualidade, nota-se que a eclosão de "novos movimentos políticos" ou "novíssimos movimentos sociais"² é analisada por diferentes autores como embates contra a crise do sistema capitalista, cujos efeitos tornaram-se mais evidentes a partir de 2008, quando é possível observar, em proporções globais, um aumento da pobreza (inclusive da fome) e do desemprego, sobretudo entre os jovens, decorrentes das políticas de austeridade

¹ Assistente social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista FAPES.

² A primeira expressão é usada por Carneiro (2012, p. 14) para se referir aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) nos últimos anos (2009 -2013). A segunda é usada por GOHN (2014, p. 22) também para referir-se aos eventos massivos globais da atualidade. Alves (2012, p. 35) chama de "novos movimentos sociais" reportando-se aos mesmos protestos.

realizadas pelos diferentes governos em nome da dominância financeira³ (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; HARVEY et al, 2012).

O que chama a atenção dos eventos movimentalísticos massivos atuais é a semelhança no formato dos mesmos, a partir do qual é possível notar traços de inovações e permanências em relação: as origens, o perfil dos manifestantes, os objetivos, a forma de organização, as principais bandeiras e estratégias de lutas, as formas de articulação, comunicação e mobilização, as dificuldades, dentre outros aspectos.

À luz de autores de diferentes correntes analíticas é possível identificar algumas dessas características comuns: a espontaneidade na origem das manifestações, a recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), o perfil jovem dos manifestantes, a ausência de lideranças que demarca a horizontalidade na organização, a pluralidade de bandeiras de lutas, a ocupação de espaços públicos, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; CARNEIRO, 2012). A diferença entre os autores está nas análises e na ênfase dada a alguns aspectos observados.

Balanco geral do debate sobre as manifestações massivas no mundo

Segundo Castells (2013), historicamente, os movimentos sociais sempre foram os sujeitos da mudança social. Em geral, os movimentos sociais originam-se a partir da degradação das condições materiais de vida que atrelada ao questionamento sobre a legitimidade das instituições públicas como espaço para a resolução dos problemas

3 Segundo Castells (2013), na Tunísia, no período das manifestações, a taxa de desemprego era de 13,1%, ao passo que entre os jovens esse percentual era de 21,1% (idem, p. 27). Na Islândia, a crise financeira acarretou uma queda significativa do PIB do país, de 6,8% em 2009 para 3,4% em 2010 (idem, p. 35). No Egito, a maioria dos trabalhadores desenvolvem atividades laborais no setor informal e pelo menos 40% da população é pobre (idem, p. 58). Nos países árabes onde ocorreram os levantes populares, a liberalização e a subordinação econômica levaram a altas no preço de gêneros alimentícios nestes países, impedindo o consumo de boa parte da população (idem, p. 75). Na Espanha, o desemprego em 2011 era de 22%, entre os jovens este número era ainda mais expressivo, 47% (idem, p. 86). Nos Estados Unidos, 1% da população passou a deter 23,5% da renda. Apesar da produtividade ter crescido em quase 30%, no período entre 1998 a 2008, os salários reais tiveram um aumento ínfimo de apenas 2% no mesmo período. Em contrapartida, o setor financeiro, que emprega apenas 5% da força de trabalho total, apresentou um incremento no lucro de 40% em 2007, decorrente da apropriação dos ganhos do setor produtivo. Ao fim, 1% entre os mais ricos deteve 58% do crescimento econômico no período, tendo um aumento na renda de 42%.

coletivos percebidos, instiga a ação coletiva por fora dos canais institucionais, podendo contribuir com mudanças no âmbito governamental e inclusive nas normas sociais. Neste sentido, para o autor os movimentos sociais expressariam o contrapoder, primeiramente, a partir da constituição de um processo comunicativo autônomo, ou seja, que se contraponha ao controle exercido pelos detentores do poder institucional.

Conforme este autor, o sentimento de humilhação gerado nas pessoas decorrentes das atitudes dos detentores do poder financeiro e político-cultural foi o motor das rebeliões globais. A causa dos protestos derivaria da indignação das pessoas frente ao gerenciamento da crise financeira e ao vazio institucional e de alternativas, visível na perda de legitimidade das instituições políticas tradicionais como parlamento, partidos e sindicatos (CASTELLS, 2013).

Na trilha do pensamento de Castells (2013), a principal inovação dos movimentos sociais globais atuais está nas possibilidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxeram para os mesmos. Apesar de reconhecer que a internet, assim como qualquer outra tecnologia, não é a fonte causadora dos protestos sociais (CASTELLS, 2013, p. 166), para o autor as TICs teriam contribuído para introduzir uma tendência movimentalística: os movimentos sociais em rede, formatando o processo de origem, organização, articulação, comunicação, mobilização, propiciando as condições para que os mesmos mantenham a espontaneidade, autonomia e horizontalidade frente às tentativas de dominação institucional. Neste sentido, a internet ultrapassaria o caráter meramente instrumental, expressando uma dimensão supervalorizada na visão deste autor, que chega a afirmar que “a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura de liberdade na prática da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 168).

A autonomia é conceituada pelo autor como sendo a “capacidade de um ator tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 168). A constituição desta característica decorreria da interação dos atores individuais em redes, ou seja, a partir do contato com pessoas de posição aproximada aos mesmos. Neste sentido, as redes seriam responsáveis pela transição da individuação à autonomia. A individuação, segundo o autor, “é uma tendência cultural que enfatiza os

projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento” (CASTELLS, 2013, p. 168). Difere-se do individualismo, na medida em que este se volta para interesses particulares centrando-se no bem-estar individual, ao passo que a individuação comportaria interesses coletivos. Conforme, o autor, estas características da individuação e da autonomia decorrem da mudança cultural introduzida pelos movimentos sociais de 1968 e que passaram a permear os movimentos sociais.

Segundo o autor, foi o ambiente virtual, formado por redes sociais da internet, serviços de telefonia móvel, canais de vídeos na internet, que possibilitou o surgimento dos movimentos sociais globais atuais, em um contexto marcado por desprezo a partidos políticos, desconfiança da grande mídia, não reconhecimento de lideranças e rejeição à organização formal. Isto é significativo para Castells (2013), pois considera que as ideias, as ideologias e as propostas programáticas apesar de indispensáveis para transformar as emoções individuais em coletivas e, posteriormente, em ações, em deliberações e em formulação de projetos, devem ser construídas pelos próprios movimentos, garantindo a autonomia dos mesmos. Já que conforme o autor, os movimentos sociais com frequência acabam cumprindo um papel de “instrumentalização política”, postulando objetivos e representações distantes da realidade dos mesmos (CASTELLS, 2013, p. 20). De forma que, para o autor, o direcionamento dado por líderes internos ou por agentes externos pode ser danoso aos movimentos sociais, ao introduzir uma clivagem entre os projetos do próprio movimento e os formulados em prol ou em nome do movimento, muitas vezes sem a participação dos atores que o formam.

Conforme Castells (2013), estes pontos sobre o formato, papel e ação da liderança e de agentes externos na origem e configuração dos movimentos sociais tem sido amplamente questionados pelos movimentos sociais em rede, cuja proposta organizativa se basearia numa organização horizontalizada, sem lideranças formais, em formato aproximado às *redes online*, nas quais todos podem participar independentemente de seus laços de pertencimento. Assim, a questão da democracia como governo do povo é repensada desde as práticas cotidianas vivenciadas nos espaços ocupados. A vivencia nas *redes offline* demonstram, através da forma como as decisões são elaboradas com base na participação de todos, os anseios dos participantes por uma democracia direta.

A possibilidade desta re-configuração da democracia para Castells (2013) pauta-se justamente nas potencialidades que as TICs apresentam, sobretudo, através da *internet*.

A questão da recusa de espaços políticos institucionalizados e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos) anunciada por estes movimentos sociais é analisada por Castells (2013) como uma tendência dos movimentos sociais na cena contemporânea, que passam a usar cada vez mais as redes digitais para o processo de mobilização, articulação e até mesmo organização, ampliando os espaços e as possibilidades de atuação dos mesmos. As TICs cumpririam uma espécie de mediação entre movimentos sociais variados articulados pelas redes e protegidos de tentativas de desarticulação decorrentes do jogo institucional. Para o autor as TICs colocam em questionamento o papel dos partidos políticos como mediadores dos movimentos sociais e apontam para uma nova formatação da política e da democracia, mais próxima de uma democracia deliberativa.

Entretanto, é importante ressaltar que na própria narrativa de Castells (2013) sobre os casos concretos analisados observa-se que a disputa por meio dos espaços institucionais ainda é um ponto que precisa de aprofundamento analítico. O autor mostra que as manifestações na Islândia, por exemplo, desembocaram na luta política parlamentar, levando à derrota os dois principais partidos de cunho conservador e a eleição de uma nova coalizão formada por social-democratas e verdes-amarelos (comunistas). A tal ponto que a pressão sobre o novo governo desembocou na formulação de uma nova Constituição com ampla participação popular através do Conselho da Assembleia Constitucional criado pelo governo para este fim.

Diferentemente do caso islandês, nos EUA, o autor afirma

como o movimento não se mobilizou em apoio a políticas específicas, nenhuma mudança importante nesse sentido resultou diretamente de sua ação. Entretanto, por toda parte houve múltiplas campanhas, que conseguiram corrigir parcialmente uma série de práticas injustas (CASTELLS, 2013, p. 149).

Sobre a Espanha, Castells (2013) sublinha "[...] desde os estágios iniciais do movimento, estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo" (idem, p. 106). De forma que o principal saldo das manifestações neste país seria de caráter subjetivo. Da mesma forma, nos

EUA o saldo das lutas seria o impacto sobre as consciências das pessoas - ponto mais importante para o autor em um movimento social - de maneira a reconhecerem a desigualdade social como um problema concernente ao capitalismo. Nas palavras do autor, "relativamente novo e significativo é haver indicadores de que o Occupy Wall Street moldou a consciência dos americanos sobre a realidade do que eu ousaria chamar de luta de classes" (CASTELLS, 2013, p. 154), ou seja, de um conflito entre ricos e pobres. O que não se configura em uma crítica ao capitalismo em si, segundo a análise de Castells (2013).

Com uma análise próxima de Castells (2013), Gohn (2014) defende a hipótese de que o contexto mundial contemporâneo comporta uma nova forma de associativismo civil, nas quais segundo a autora, os jovens destacam-se como sujeitos políticos o que não significa que exclui a participação de outros sujeitos políticos. Conforme Gohn (2014), as mobilizações massivas no contexto atual não foram convocadas por partidos políticos e sindicatos. Na maioria dos casos as manifestações se deram distanciadas destas estruturas, e mesmo quando presentes estas formas de organização tiveram pouca visibilidade (GOHN, 2014). Para a autora isto decorre não só dos rumos que estas organizações tomaram, mas pelo "desencanto com a política" de uma maneira geral (GOHN, 2014, p. 20). Assim como Castells (2013), a autora também destaca o uso das redes sociais digitais como forma de articulação dos processos atuais.

A autora chama a atenção para a composição heterogênea dos ideais destes movimentos, afirmando que estes apresentam influência bem mais marcada dos ideais anarquistas do que da esquerda tradicional. Segundo Gohn (2014), os novíssimos movimentos sociais apontam para duas frentes de luta: liberdade e democracia nos países do Oriente Médio e contra os efeitos da crise capitalista (recessão econômica, endividamento e desemprego, por exemplo) em países capitalistas centrais, aprofundados por políticas de austeridade (reformas de cunho neoliberal) e desmonte do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) nos países da Europa. Em concordância com Wallerstein (2012), a autora considera que os movimentos na cena contemporânea retomam temas voltados para a desigualdade social, injustiça e descolonização.

Em todos os casos, segundo a autora, as manifestações priorizaram o uso do espaço público (praças, parques e ruas) e apesar das diferenças regionais, de maneira geral, o

horizonte das lutas está no plano democrático, seja pela luta por implantação da democracia, como foi o caso das manifestações em países do Oriente Médio, seja na luta pela radicalização da mesma, caso dos movimentos na Europa e na América do Norte. Conforme a autora, o ideário que une os processos atuais assemelha-se ao colocado pelo Fórum Social Mundial (FSM), “um outro mundo é possível”, entretanto de maneira particular, os eventos atuais ultrapassam a rejeição ao capitalismo globalizado, propondo formas de ações dentro do mesmo. Para a autora, as marchas e ocupações contemporâneas demonstram que não se trata de alienação e sim, de optar por outra forma de atuar e interpretar o mundo, a partir de contextos reais e não de ideologias, contribuindo para moldar em alguns casos a cultura política, sinalizando uma nova forma de fazer política através da democracia deliberativa e não mais representativa.

Há um cuidado na autora em atentar-se às diferenças regionais das mobilizações. No que tange a Europa, por exemplo, sinaliza que na Espanha há uma crítica generalizada ao formato institucionalizado dominado pelas elites em espaços como o parlamento, partidos e sindicatos. Já na América do Norte, o Occupy Wall Street (EUA), que posteriormente espalhou-se para diversas cidades, denunciava as injustiças que se alastram para uma parcela significativa da população mundial em favor da garantido poder por parte de uma pequena elite mundial. Neste, as críticas expressavam a insatisfação contra o capitalismo financeiro e não contra as instituições. A possibilidade de criação de um partido político composto por jovens à época do movimento configurou-se como um ponto de tensão dado o distanciamento em relação aos partidos políticos preconizado pela maioria dos participantes.

Com o olhar voltado para as manifestações da Primavera Árabe, dos Indignados, na Espanha, e dos Estudantes no Chile, ocorridos no decorrer do ano de 2011, Pinto (2014), questiona-se: "estamos frente a uma nova forma de fazer política?"⁴. Com o foco nas experiências espanhola e chilena, a autora defende a hipótese de que os movimentos sociais de 2011 apresentam uma nova forma de fazer política.

Para a autora, mais importante do que caracterizar a origem destes movimentos pela "espontaneidade" é observar que por trás deles não havia grandes organizações político-

⁴ Parte do título do artigo da autora.

partidários ou mesmo grandes movimentos sociais ou Organizações Não-Governamentais (ONGs). Apesar disso e mesmo com a violenta repressão policial, estes movimentos conseguiram ganhar popularidade e pressionar o governo, que não conseguiu por esta via coercitiva deslegitimá-los.

Pinto (2014) apresenta cinco novidades⁵ que caracterizam estes movimentos: 1) "a postura dos movimentos em relação à sociedade e ao Estado" (idem, p. 135), em direção à "radicalização da democracia", ou seja, "o enfrentamento ocorre com os governos, com os partidos e com a própria estrutura de uma democracia de elite" (idem, p. 137); 2) o uso da internet para além da comunicação, também como uma forma de organização; 3) movimentos liderados por jovens; 4) a relação com os espaços públicos, "transformando praças e calçadas em lugares de discussão e de construção de discursos e do próprio movimento (idem, p. 139), ou seja, os espaços públicos passam a ser palco não apenas para os atos de manifestação, mas também para o fomento de debates; 5) "capacidade agregadora de diferentes segmentos e um alastramento da própria luta" (idem, p. 140).

Quanto aos objetivos almejados pelos movimentos, segundo a autora desde os primeiros atos, os objetivos dos indignados expressaram a revolta com o alto índice de desemprego entre os jovens na Espanha. Já o movimento estudantil apresentou uma questão inicial focada no endividamento dos jovens para financiamento do ensino universitário chileno. Como ponto em comum entre os movimentos era possível notar a crítica à democracia formal, que não se realiza nas vias de fato devido a concentração do poder político-econômico que sustenta as ações da elite política.

Semelhantemente à Castells (2013), esta autora também valoriza as possibilidades que o uso da internet apresenta para uma nova dinâmica, que expõe a partir de dois vetores: horizontal e vertical. Conforme a explicação da mesma,

no primeiro [horizontal] há a manifestação de todos, o que transforma o movimento em algo muito aberto e acessível: há blogs, twitter, facebook, msn. Isto possibilita que enquanto o movimento se realiza e vá ganhando apoio de pessoas que não estavam inicialmente envolvidas. Verticalmente, a internet possibilita a organização em redes que começam em quadras, passam por bairros, zonas, cidades, até grandes centros (PINTO, 2014, p. 138).

⁵ Segundo Pinto (2012), algumas destas características eram visíveis em outros movimentos, entretanto, a novidade para a autora está na forma como as mesmas se articulam.

Diferentemente de Castells (2013) e Pinto (2014), em Carneiro (2012), as rebeliões globais ao mesmo tempo em que se colocavam contra as estruturas político-partidárias e sindicais, não haviam ainda forjado uma nova articulação que apontasse para anseios de ruptura e transformação social. Embora perpassados por um viés anarquista, o autor lembra que este ideário também choca-se com o caráter reformista e regulacionista do capitalismo, servindo como ponto de contato com a crítica socialista.

Segundo Carneiro (2012) as análises marxistas teorizaram sobre a consciência política da classe trabalhadora explorada como expressão da prática e da reflexão sobre a mesma, levando os trabalhadores a formularem estratégias para romper política e ideologicamente com a ordem dominante. A consciência crítica dos trabalhadores dentro do seu tempo histórico teria levado a institucionalização da organização da classe em sindicatos e partidos. Contudo, o próprio curso histórico da luta de classes culminou na “burocratização” destes espaços, que acabou levando estas instituições a se constituírem em instrumentos usados para impedir a luta social. De forma que, no contexto atual, as manifestações atuais emergem profundamente desconfiadas destas instituições. Entretanto, nota-se neste autor uma preocupação com a construção de um movimento anticapitalista global que renuncie as organizações partidárias e sindicais, apontando para o risco destes espaços serem ocupados pela direita.

Semelhantemente a este autor, Ali (2012) afirma que, no curso histórico marcado por tensões causadas pela crise econômica de 2008 como expressão do capitalismo globalizado sob a égide neoliberal, o movimento Occupy Wall Street denuncia que a busca de alternativas sem os partidos políticos expressa que praticamente todos apresentam problemas, já que tanto governos de direita ou mesmo de centro-esquerda acabaram alinhados à defesa do sistema financeiro. Para o autor, o mais importante é o saldo que as ocupações e manifestações de rua contra o capitalismo podem gerar. Por outro lado, o autor adverte que “nenhum movimento pode sobreviver a menos que crie uma estrutura democrática permanente que assegure a continuidade política. Quanto maior for o apoio popular a tais movimentos, maior será a necessidade de alguma organização” (ALI, 2012, p. 70).

Fica claro na análise deste autor, que a via de luta pelo poder político institucionalizado nos Estados nacionais continua a ser primordial, sobretudo, quando o autor destaca as experiências de luta em países latino-americanos (Venezuela, Bolívia, Peru, Equador, Paraguai) que criaram uma base para uma nova política que culminou na eleição de governos que uma vez no poder passaram a implementar reformas sociais e econômicas com algum êxito. Destaca a proposição de Dickinson que discorre que a única forma de manter um estado de caráter social é que o mesmo torne-se proprietário de grande parte da terra e do capital do país, já que “não se pode socializar por muito tempo os meios de consumo se os meios de produção não forem socializados primeiro” (DICKINSON apud ALI, 2012, p. 70), ou seja, reformas que possuem um caráter estrutural, segundo Ali.

Alves (2012) considera que, para além de denunciar efeitos da crise de 2008, os eventos movimentalísticos trouxeram à tona as contradições de uma crise sistêmica, expressa em várias facetas: crise financeira, crise social (visível no desemprego crescente, precariedade laboral, corrosão do Estado social), crise política (perda de legitimidade dos partidos burgueses, conservadores-liberais e social-democratas ou socialistas), crise do pensamento crítico (corroído pelo pós-modernismo e neopositivismo).

Para Alves (2012), as mudanças no mundo do trabalho levam a um processo de acirramento cada vez maior da contradição decorrente da relação capital-trabalho, ampliando as possibilidades de novos conflitos. Neste sentido, para o autor, os movimentos sociais globais atuais “[...] constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade” (ALVES, 2012, p. 32).

Apesar de no âmbito das condições materiais, os novos movimentos sociais expressarem as condições da classe trabalhadora, degradada ao longo do neoliberalismo, no âmbito subjetivo, nota-se a partir deste autor que

os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer "não" e mover-se contra o *status quo*. Possuem, em sua contingência irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de vida

social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas) (ALVES, 2012, p. 36).

Para este autor, talvez falte a estes movimentos a clareza de como concretizar os anseios por uma democracia real. Conclui indagando, dentre outras coisas, sobre a capacidade que estes movimentos apresentam para construir um programa político capaz de disputar a hegemonia, sobre as possibilidades que terão, no contexto do capitalismo atual, de criar condições político-ideológicas para o surgimento de novas organizações da classe que concretizem no âmbito democrático institucional os anseios demarcados; se terão capacidade de interferir na política institucional, elegendo ou derrotando governos, afundar partidos, fortalecer ou descartar lideranças; e até que ponto conseguiriam avançar para uma perspectiva para além do capitalismo. De toda forma, para Alves (2012), o principal saldo das lutas dos movimentos globais atuais está em se apresentarem em um contexto territorial de capitalismo avançado (ideia também compartilhada por Sader, 2012), contribuindo para desvelar as contradições próprias do sistema.

Na mesma trilha de Alves (2012), Žižek (2012), questiona os cursos dos protestos que se espalharam por várias partes do globo, a partir dos quais o capitalismo novamente é visto como o problema, expressando o descontentamento geral com o capitalismo globalizado. Entretanto, o autor alerta que o vasto espectro de críticas ao capitalismo detonado por estes movimentos e em curso na atualidade não coloca em questionamento a natureza e finalidade do Estado burguês, segundo o autor,

[...] busca-se a solução na aplicação de mecanismos democráticos – os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal “burguês” que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista (ŽIŽEK, 2012, p. 23).

Por isso, o autor considera que o desafio atual continua a ser ultrapassar a ilusão da democracia burguesa.

Também para Peschanski (2012), os movimentos globais atuais colocam como ponto de discussão as alternativas ao modelo econômico vigente e os limites da efetivação da democracia no capitalismo. Conforme este autor, a desigualdade econômica se expressa no âmbito político bloqueando a possibilidade de uma democracia radical. Isso ocorre

tanto porque os ricos possuem mais acesso e capacidade de influenciar os responsáveis pelos processos decisórios, inclusive por vias ilegais, quanto porque a parcela social que detém e controla os fluxos de investimento em larga medida consegue interferir nos processos políticos, já que o não investimento pode fragilizar o mercado de trabalho e com isso prejudicar os trabalhadores e onerar o Estado. De toda forma, os sistemas democráticos dentro da ordem vigente apontam para a limitação de medidas políticas voltadas para os interesses gerais da sociedade, já que predomina os interesses dos segmentos mais abastados.

As análises de Žižek (2012) e Peschanski (2012) vão ao encontro da argumentação esboçada por Harvey (2012). Este autor utiliza a expressão "Partido de Wall Street" a fim de demonstrar que a luta de classe, no cenário atual, ultrapassa as instituições políticas institucionalizadas no Estado, já que as forças sociais expressas neste "Partido" atuam em diferentes frentes, procurando dominar não só o congresso, mas também o judiciário, dentre outros espaços.

Segundo Harvey (2012), o fundamento que unifica este "Partido" é a defesa da propriedade privada dos meios de produção e o controle do trabalho. Esses valores são defendidos pela classe capitalista independentemente das vontades de capitalistas individuais, são garantidos pelas leis coercitivas de competição que levaram esta classe a moldar o corpo político para atender os seus anseios. De forma que segundo o autor,

os favorecidos ideais de liberdade e autonomia do partido, garantidos pelos direitos à propriedade privada, ao livre-mercado e ao livre-comércio, na realidade se traduzem no direito de explorar o trabalho alheio e desapropriar ao seu bel-prazer as pessoas de seus bens, assim como na liberdade de saquear o meio ambiente para seus benefícios individuais ou de classe (HARVEY, 2012, p. 58-59).

Assim, o "Partido Wall Street" expressa as forças políticas pró-capital, que buscam utilizar-se do aparato estatal, bem como de outros meios, para atuar em favor das condições acima descritas, como mostra o autor. São estas mesmas forças sociais que buscam de todas as formas obscurecer as questões políticas e econômicas enraizadas nas relações sociais pautadas nestes valores, que procuram transformá-las em questões culturais (HARVEY, 2012). Para isso, segundo o autor,

geralmente ele [o Partido Wall Street] aciona uma enorme variedade de opiniões de especialistas cativos, em sua maior parte empregados nos institutos de pesquisa e nas universidades que ele financia e espalhados na

mídia que ele controla, para criar controvérsias sobre todo tipo de assunto que de fato não importa e sugerir soluções para questões que não existem (HARVEY, 2012, p. 60).

Isso no intuito de obscurecer ainda mais a "guerra de classes", expressa também na batalha de ideias, como deixa claro Harvey (2012). Em contraponto a esta movimentação orquestrada pelo "Partido Wall Street", é que segundo o autor, o movimento Occupy Wall Street surgiu e ocupou com seus corpos o espaço, a rua, que era símbolo do domínio do capital, transformando este espaço em um lugar para o debate e manifestações contra a forma como as decisões que dizem respeito a coletividade são tomadas por um pequeno grupo que detém o poder. Na análise do autor, esta tática "[...] mostra como o poder coletivo dos corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado" (HARVEY, 2012, p. 61). Apropriando-se do caso concreto da ocupação da praça de Tahrir (Egito), palco das revoltas que ficaram popularizadas como Primavera Árabe, Harvey (2012) é enfático em afirmar " [...] são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam" (HARVEY, 2012, p. 61), ponto que confronta-se com as análises de Castells (2013).

Para Harvey (2012), apesar do movimento Occupy Wall Street apontar para interesses convergentes aos 99% da população, para obter êxito o mesmo terá que alcançar também no nível da ação esta maioria, o que só será possível com a coalizão de forças de todos aqueles, cuja existência está ameaçada pelas políticas de austeridade, ou seja, estudantes, imigrantes, subempregados, artistas, dentre outros. Isso pois, nas palavras do autor, "a luta que se criou - o Povo contra o Partido de Wall Street - é também crucial para o nosso futuro coletivo" (HARVEY, 2012, p. 63).

Conclusão

De qualquer forma, conforme o debate apresentado, as experiências apontam para uma possível crise das instituições políticas (parlamento, partidos) construídas a partir da formação dos Estados Modernos Democráticos e que ao longo dos anos são alvo das ações de luta dos trabalhadores como meios para legalizar e universalizar suas conquistas para toda esta classe.

Subjaz a estes argumentos, uma inquietação sobre uma possível crise da própria democracia nos marcos do neoliberalismo. É possível identificar duas linhas argumentativas. Uma linha coloca em questionamento a forma do sistema político no capitalismo, apresentando uma crise do modelo adotado pela maioria dos Estados nacionais, a democracia representativa. Apontam a necessidade de formatação deste modelo, para alguns autores aproximando-se mais da democracia direta. Há basicamente duas compreensões, de um lado, os efeitos desta crise de representatividade se expressa no questionamento da funcionalidade dos partidos políticos em agir como representantes dos interesses da maioria da sociedade. De outro, a inquietação é de que esta função não deva ser exclusiva aos mesmos, devendo ser compartilhada ao máximo com outros atores sociais.

A outra linha argumentativa indaga sobre a finalidade ou função do sistema político no capitalismo, questionando o conteúdo do próprio Estado capitalista. Neste sentido, compreende que a ruptura com este sistema e a consolidação de outra sociedade, baseada em outro modo de produção, radicalmente oposto ao que está em vigência, é o único meio de efetivar qualquer regime democrático. De forma que nesta linha, a crise de legitimidade dos partidos de esquerda decorre do contexto histórico, no qual está cada dia mais claro a impossibilidade de implantar reformas que expressem projetos ou demandas de um conjunto significativo de movimentos sociais. Isso, principalmente, após as medidas fixadas por organismos multilaterais como meios para superação da crise de 2008, que foram adotadas tanto por governos de direita quanto de esquerda, em países de economia avançada e em países periféricos. Expressam assim, a crise de legitimidade de determinados tipos de partidos, os de direita e de esquerda que tem no escopo apenas a realização de reformas.

Referências

ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 65-71.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 31-38.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CELEST FON et al (Org.). **Concepção de educação popular do CEPIS**. São Paulo: CEPIS, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Coleção questões da nossa época, v. 47.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: _____. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 57-64.

_____ et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012.

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 31-38.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. Movimentos sociais na era global. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, pp. 129-145.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 45-55.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, pp. 15-26.